

Passivo de outorgas pelo uso da água diminui 70% em Minas

Sex 19 fevereiro

Em 2020, o [Instituto Mineiro de Gestão das Águas \(Igam\)](#) alcançou redução de 70% do passivo de outorgas acumulado desde 2018, quando os processos fora do prazo somavam 20,8 mil em dezembro daquele ano. Com a conclusão de mais de 14 mil pedidos, restam, atualmente, 6.848 processos para análise do órgão ambiental.

A previsão do instituto é chegar ao fim de 2021 com cerca de 1,7 mil processos pendentes. Com esse resultado, o Estado conseguirá reduzir aproximadamente 90% do passivo.

Medidas

Desde que reassumiu a gestão de outorgas pelo uso da água em Minas, em maio de 2018, o Igam passou a implementar uma série de ações com o objetivo de otimizar os procedimentos de análise por meio de capacitações, revisões normativas, inovações tecnológicas e padronização de processos, cumprindo as determinações estabelecidas pela Política Estadual de Recursos Hídricos.

Entre as mudanças promovidas, está a publicação da [Portaria Igam nº 48](#), em outubro de 2019, que regulamenta os processos de outorga digital no Estado. Com a norma, todo o trâmite para solicitar autorizações de uso da água para fins diversos passou a ser feito pelo [Sistema Eletrônico de Informações \(SEI\)](#), dispensando a necessidade de apresentação presencial de documentos para formalização das solicitações, garantindo mais celeridade e rigor técnico às análises realizadas.

Produtividade

O ganho de eficiência resultou em aumento de produtividade de 309% na análise dos processos. Sem perda de qualidade técnica, o Igam teve um salto de capacidade de análise, que foi de 345 processos por mês, em 2018, para os atuais 1.415 requerimentos de outorga analisados mensalmente. O órgão registra atualmente a entrada de cerca de mil novas solicitações de outorga a cada mês, garantindo uma diminuição superior a 400 processos do passivo acumulado em anos anteriores e o atendimento de 100% das novas demandas.

Para o diretor-geral do Igam, Marcelo da Fonseca, o bom desempenho alcançado pelo órgão é resultado de um esforço coletivo do [Governo de Minas](#), que vem investindo na modernização de processos e desburocratização dos serviços oferecidos ao cidadão. “Mantemos como meta a finalização do passivo de outorgas até o final de 2022 e a redução do tempo médio de análise dos processos”, disse.